

Vicente Martins Prata Braga

# DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS

Evolução da tutela jurisdicional

## Área específica

DIREITO PROCESSUAL CIVIL.

## Áreas afins do livro

PROCESSO CIVIL COLETIVO; TUTELA COLETIVA  
DE DIREITOS; *CLASS ACTIONS*;  
DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS;  
DIREITO NORTE-AMERICANO.

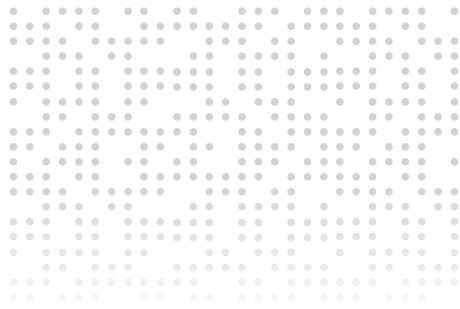
## Palavras-chave

PROCESSO CIVIL COLETIVO; TUTELA COLETIVA  
DE DIREITOS; *CLASS ACTIONS*;  
DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS;  
DIREITO NORTE-AMERICANO

**FORMATO:** 14,5 × 21,5 cm

**CÓDIGO:** 2796

Vicente Martins Prata Braga



# DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS

Evolução da tutela jurisdicional

**FORUM**

O presente livro, intitulado *Direitos individuais homogêneos: evolução da tutela jurisdicional*, é fruto da pesquisa realizada pelo autor no Doutorado em Direito pela Universidade de São Paulo. Por meio da investigação produzida, o autor pretende trazer uma inovação ao ordenamento jurídico pátrio a partir da utilização das *class actions* norte-americanas, apresentando, para tanto, um quadro da evolução da tutela jurisdicional dos direitos individuais homogêneos. Com esse objetivo, ao final da obra, é apresentada uma proposta de *lege ferenda*, em que é exposta uma sugestão de projeto de lei que inclua no ordenamento pátrio uma ação específica para a tutela desses direitos individuais homogêneos. Espera-se que o leitor deste livro possa incrementar seu conhecimento sobre o assunto, produzindo um avanço na tutela dos referidos direitos.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

B813d Braga, Vicente Martins Prata  
Direitos individuais homogêneos: evolução da tutela jurisdicional/Vicente  
Martins Prata Braga. Belo Horizonte: Fórum, 2023.  
311 p. 14,5x21,5 cm

ISBN 978-65-5518-536-2

1. Processo civil coletivo. 2. Tutela coletiva de direitos. 3. Class Actions. 4. Direitos  
individuais homogêneos. 5. Direito norte-americano. I. Título

CDD: 347  
CDU: 347

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

BRAGA, Vicente Martins Prata. *Direitos individuais homogêneos: evolução da tutela jurisdicional*. Belo Horizonte: Fórum, 2023. 311 p. ISBN 978-65-5518-536-2

**Vicente Martins Prata Braga**

Graduado (UNIFOR), especialista (UNISUL), Mestre (UNIFOR) e Doutor (USP) na grande área do Direito, Pós-Doutorando em Direito pela UERJ. Sócio fundador do Escritório Braga Lincoln Seixas Advogados. Procurador do Estado do Ceará, atuando nos Tribunais Superiores. Coordenador-Geral da Especialização em Direito Público FDUSP/ESNAP. Membro do Comitê Gestor de Conciliação do CNJ.

INTRODUÇÃO .....	13
1 Finalidade deste livro.....	13
CAPÍTULO 1	
O DIREITO PROCESSUAL COLETIVO.....	21
1 O Direito Processual Coletivo.....	21
1.1 Os fundamentos do Processo Civil moderno .....	21
1.2 A tutela coletiva do direito .....	31
1.3 Princípios da tutela coletiva .....	33
1.4 Panorama internacional para o Direito Processual Coletivo.....	38
1.5 Panorama brasileiro para a tutela coletiva.....	42
1.6 O direito material tutelado.....	47
1.6.1 Os direitos difusos .....	49
1.6.2 Os direitos coletivos .....	53
1.6.3 Os direitos individuais homogêneos .....	55
1.6.4 Os direitos individuais indisponíveis.....	58
1.6.5 Alguns elementos de diferenciação dos direitos tutelados coletivamente.....	60
1.7 Dos meios de tutela jurisdicional dos direitos coletivos <i>lato sensu</i> .....	64
1.7.1 Da ação civil pública .....	65
1.7.2 Da ação popular .....	68
1.7.3 Da ação de improbidade administrativa.....	69
1.8 Dos meios de tutela jurisdicional dos direitos individuais homogêneos.....	71
1.8.1 Da ação civil coletiva.....	71
1.8.2 Do mandado de segurança coletivo.....	76
1.8.3 Da legitimidade do Ministério Público para a tutela de direitos individuais homogêneos .....	78
1.9 Da tutela coletiva e do controle de constitucionalidade .....	81
1.10 O Direito Processual Coletivo.....	82
1.10.1 Legitimidade para a tutela coletiva.....	83
1.10.1.1 A associação civil na tutela coletiva de direitos coletivos <i>lato sensu</i> e direitos individuais homogêneos.....	89
1.10.2 A coisa julgada na tutela coletiva .....	97
1.10.2.1 A coisa julgada na tutela coletiva de direitos difusos .....	99
1.10.2.2 A coisa julgada na tutela coletiva de direitos coletivos <i>stricto sensu</i> .....	100
1.10.2.3 A coisa julgada na tutela coletiva de direitos individuais homogêneos.....	101
CAPÍTULO 2	
O INSTITUTO DA <i>CLASS ACTION</i> .....	105
2 O instituto da <i>class action</i> .....	105
2.1 Quadro histórico de desenvolvimento da <i>class action</i> .....	105
2.2 As <i>class actions</i> no ordenamento jurídico de outros países.....	114
2.3 As <i>class actions</i> no ordenamento jurídico italiano .....	116
2.4 O regramento norte-americano das <i>class actions</i> .....	120
2.4.1 Requisitos para a proposição das <i>class actions</i> .....	121
2.4.1.1 Primeiro requisito: a impraticabilidade do litisconsórcio.....	123
2.4.1.2 Segundo requisito: questão comum de fato ou de direito.....	128
2.4.1.3 Terceiro requisito: tipicidade das reivindicações ou defesas .....	133
2.4.1.4 Quarto requisito: representatividade adequada .....	135

2.4.2	Tipos de <i>class actions</i> .....	137
2.4.3	Certificação de classe.....	139
2.4.4	Notificação dos integrantes da classe .....	142
2.4.5	Julgamento da <i>class action</i> .....	145
2.4.6	Outras questões relativas às <i>class actions</i> .....	147
2.4.6.1	Acordos .....	147
2.4.6.2	Advogado da classe.....	149
2.4.6.3	Jurisdição para julgamento da <i>class action</i> .....	151
2.4.6.4	<i>Defendant class action</i> .....	154
2.5	Da indenização no ordenamento jurídico norte-americano.....	165

### CAPÍTULO 3

NORMAS BRASILEIRAS PARA A TUTELA COLETIVA DE DIREITOS E MEIOS DE SOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS.....		169
3	Normas brasileiras de tutela coletiva de direitos individuais homogêneos.....	169
3.1	Lei de Ação Popular – Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965.....	173
3.2	Lei de Ação Civil Pública – Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985	175
3.3	Lei de Apoio às Pessoas Portadoras de Deficiências – Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989 e Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 .....	177
3.4	Lei de Ação Civil Pública no mercado de valores mobiliários – Lei nº 7.913, de 7 de dezembro de 1989 .....	179
3.5	Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.....	183
3.6	Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 .....	185
3.7	Leis de Defesa da Ordem Econômica – Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994 e Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011 .....	191
3.8	Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil – Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994.....	193
3.9	Estatuto do Idoso – Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 .....	196
3.10	Lei do Mandado de Segurança Individual e Coletivo – Lei nº 12.016, de 7 de agosto de 2009 .....	198
3.11	Do sistema de precedentes no ordenamento jurídico brasileiro e dos mecanismos de solução coletiva de conflitos indicados no Código de Processo Civil de 2015.....	201
3.11.1	Decisões em sede de controle de constitucionalidade e súmulas vinculantes.....	204
3.11.2	Do Incidente de Assunção de Competência .....	205
3.11.3	Do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas.....	207
3.11.4	Dos recursos especial e extraordinário repetitivos .....	208
3.11.5	Das súmulas do STF e do STJ e da orientação do plenário dos tribunais .....	209
3.11.6	Das ações possessórias coletivas.....	210
3.12	Da necessária introdução da <i>class action</i> no ordenamento jurídico brasileiro.....	213

### CAPÍTULO 4

PROJETOS DE LEI PARA A TUTELA COLETIVA DE DIREITOS.....		215
4	Projeto de lei para a tutela coletiva de direitos .....	215
4.1	Elementos de comparação e suas propostas de leis .....	221
4.1.1	A legitimidade para a tutela coletiva de direitos .....	222
4.1.2	Dos efeitos da decisão em sede de tutela coletiva – A coisa julgada coletiva .....	227
4.1.3	Da tutela coletiva passiva de direitos individuais homogêneos.	230
4.1.4	Das hipóteses de cabimento .....	234
4.1.5	Da notificação adequada .....	235

CAPÍTULO 5	
ESTUDOS DE CASOS DE TUTELA COLETIVA .....	239
5 Estudos de casos de tutela coletiva .....	239
5.1 Estudo de caso das <i>class action</i> no ordenamento jurídico norte-americano .....	240
5.1.1 O caso Petrobras.....	240
5.1.2 Outros exemplos de <i>class action</i> nos Estados Unidos .....	248
5.2 Possíveis aplicações da <i>class action</i> no Brasil .....	251
5.2.1 Incêndio na Boate Kiss .....	251
5.2.2 Rompimento de barragens em Mariana e em Brumadinho .....	253
5.2.3 Incêndio no centro de treinamento “Ninho do Urubu” .....	255
5.2.4 A pandemia do COVID-19 e a tutela coletiva de direitos.....	256
5.3 Da necessidade de inclusão da legitimidade individual para a tutela coletiva de direitos individuais homogêneos.....	259
CAPÍTULO 6	
PROPOSTA DE <i>LEGE FERENDA</i> .....	263
6 Proposta de <i>lege ferenda</i> .....	263
6.1 Do objeto da ação coletiva de tutela de direitos individuais homogêneos.....	264
6.2 Da legitimidade para a proposição de ação coletiva na tutela de direitos individuais homogêneos.....	265
6.3 Da representação adequada para a tutela coletiva de direitos individuais homogêneos .....	268
6.4 A coisa julgada em sede de ação coletiva para a tutela de direitos individuais homogêneos.....	270
6.5 Dos efeitos territoriais das sentenças prolatadas em sede de ação coletiva para a tutela de direitos individuais homogêneos	274
6.6 Da notificação dos integrantes da classe .....	280
6.7 Outros assuntos a serem incluídos na ação coletiva para a tutela de direitos individuais homogêneos.....	282
6.8 Consolidação da proposta de <i>lege ferenda</i> .....	283
CONCLUSÃO .....	289
REFERÊNCIAS.....	297